

Enfoques Teóricos Metodológicos de J.B. Thompson em Pesquisas da Psicologia Social

Maria Silvia Ribeiro

 <http://orcid.org/0000-0001-9802-4470>
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
mariesilvieribeiro@gmail.com

Marcos Antonio Batista da Silva

 <http://orcid.org/0000-0003-2701-0316>
Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra, Portugal
marcos.psico@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho é parte integrante da linha de pesquisa “Aportes da Psicologia Social à compreensão de problemas sociais”, do Programa de pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, junto ao Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade. Muitos de nossos estudos estão amparados pela teoria de ideologia de John B. Thompson (2011), centrados na busca de compreensão de eixos de desigualdades e têm por interesse apreender as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Neste escrito apresentamos os aportes de John B. Thompson sobre ideologia e relações de poder considerando que esses preparam o caminho, tanto teórica como historicamente para o diálogo com os campos de estudos adotados em nossas pesquisas coletivas.

Palavras-chave: *J.B. Thompson; Ideologia; Hermenêutica de Profundidade.*



Enfoques teórico metodológicos de J.B. Thompson en la investigación en psicología social

RESUMEN

Este trabajo es parte integral de la línea de investigación “Apoyo de la Psicología Social a la Comprensión de Problemas Sociales”, del Programa de Posgrado en Psicología Social de la Pontificia Universidad Católica de São Paulo, en el Centro de Estudios de Género, Raza y Edad. Muchos de nuestros estudios se apoyan en la teoría de la ideología de John B. Thompson (2011), centrados en la búsqueda de la comprensión de los ejes de las desigualdades y están interesados en aprehender las maneras en que las formas simbólicas se entrelazan con las relaciones de poder. En este escrito presentamos los aportes de John B. Thompson sobre ideología y relaciones de poder, considerando que preparan el camino, tanto teórica como históricamente, para el diálogo con los campos de estudio adoptados en nuestra investigación colectiva.

Palabras-clave: J. B. Thompson, ideología, hermenéutica de profundidad.

J.B. Thompson’s Theoretical Methodological Approaches in Social Psychology Research

ABSTRACT

This work is an integral part of the research line “Contributions of Social Psychology to the understanding of social problems”, of the Postgraduate Program in Social Psychology at the Pontifical Catholic University of São Paulo, together with the Center for Gender, Race and Age Studies. Many of our studies are supported by John B. Thompson’s theory of ideology (2011), focused on the search for understanding the axes of inequalities and are interested in apprehending the ways in which symbolic forms intersect with power relations. In this writing, we present John B. Thompson’s contributions on ideology and power relations, considering that they prepare the way, both theoretically and historically, for the dialogue with the fields of studies adopted in our collective research.

Keywords: J.B. Thompson; Ideology; Depth Hermeneutics.

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI)¹ do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi fundado e coordenado pela professora Fúlvia Rosemberg, responsável pela formação de dezenas de mestres e doutores, homens e mulheres, negros e brancos.

Carregando uma história de pesquisadora, Fúlvia Rosemberg ingressou no Programa em 1986, integrando a grande linha de pesquisa “Aportes da Psicologia Social à Compreensão de Problemas Sociais” e aí gerando um foco específico sobre a socialização da infância e desigualdade social, ao mesmo tempo em que se abria a novos enfoques: o dos estudos sobre relações de gênero e raciais.

John B. Thompson, sociólogo norte-americano é o teórico de referência na maioria das pesquisas desenvolvidas no NEGRI. Isso não se deve apenas às contribuições do autor em resgatar o uso do conceito de ideologia em seu sentido crítico, tampouco em permitir que, por meio de análises, sistematize-se como as formas simbólicas constroem e/ou reforçam relações de poder e dominação. O autor fornece uma grande contribuição sobre como aplicar a teoria de ideologia em uma análise prática das formas simbólicas. A relação entre teoria e prática por ele construída parte do princípio de que a aplicação de um método de pesquisa somente se sustenta em uma teoria, no caso específico, sobre as sociedades. Além dos aspectos metodológicos, principalmente nos interessam sua discussão e sua teoria sobre como as sociedades modernas estão estruturadas em torno de eixos de desigualdades (de classe, gênero, cor/raça/etnia, estado-nação, idade) e da concepção de sujeito a que postula.

Tal como John B. Thompson, o NEGRI se filia à tradição crítica do pensamento ocidental, concebe a sociedade como palco de conflitos sociais, os sujeitos

¹ O NEGRI deixou de existir institucionalmente com o falecimento de Fúlvia Rosemberg, porém o legado conceitual e acadêmico continua. Fúlvia Rosemberg foi uma professora, pesquisadora e psicóloga brasileira conhecida por seus trabalhos sobre infância, estudos feministas, gênero, raça, racismo e ações afirmativas. Na PUC-SP, lecionou e coordenou o NEGRI. Na Fundação Carlos Chagas (FCC-SP), desenvolveu inúmeras pesquisas no campo educacional, entre outros trabalhos.

como seres ativos, e as mídias como uma das instituições “paradigmáticas” que produz conhecimento e que precisa dar provas argumentativas do que realiza , possibilitando o debate entre pares.

Thompson (1998) chama a atenção para o fato de que a ênfase no caráter ativo e criativo não sugere que o *self* seja socialmente incondicionado. Diferente disso, os materiais simbólicos que formam os elementos das identidades são distribuídos de maneira desigual. Por exemplo, a entrada no sistema educacional, no mercado de trabalho, no sistema de assistência social etc. são possíveis movimentos no projeto de vida a que uma pessoa pode aspirar, mas as possibilidades de fazer estes movimentos são diferentemente distribuídas e dependentes de decisões alheias. Esse é o paradoxo da reflexividade (individualização) e dependência (institucionalização) com o qual as pessoas se confrontam cada vez mais. Tal paradoxo tem a ver com o fato de que as pessoas se tornam cada vez mais dependentes de um leque de instituições e sistemas sociais, muitas vezes, ideológicos, que lhes proporcionem os meios para a construção de seus projetos de vida, nos planos materiais e simbólicos.

Por que se fazemos pesquisa sobre ideologia? Fúlvia Rosemberg explica que:

[...] se faz pesquisa sobre ideologia porque se considera a possibilidade do outro trilhar um caminho, de ampliar a reflexão sobre aquelas situações que a pesquisa está interpretando como ideológicas, no sentido de que está sustentando relações de dominação. Parte-se de uma concepção de sujeito ativo, que é capaz de ser convencido por argumentos sustentados via pesquisa. É precisamente pela consideração do interlocutor como alguém passível de entrar na argumentação, aprová-la ou refutá-la que advém a necessidade do método dialógico e o rigor metodológico. Então, por isso, o método é dialógico [...]. Porque o rigor metodológico é uma arma política nesse sentido (Rosemberg, 2011)².

No NEGRI, entendemos que refletir sobre a produção e a sustentação de desigualdades constitui um compromisso ético e político. Para tanto, é necessária a precisão no estudo das diferentes formas de desigualdade, pois as hierarquias de gênero, raça e idade se articulam de forma complexa, não sendo redutíveis umas as outras. Na trilha de Fúlvia Rosemberg, Marcos Silva (2016) enfatiza que o papel da pesquisa na elaboração e avaliação de políticas públicas é instru-

² Em entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Sociologia da Infância (FAE -USP).

mentalizar os atores sociais, especialmente, os excluídos de posições vantajosas, para participarem de negociações com o maior acervo de conhecimento possível.

Além disso, nas pesquisas do NEGRI, o estudo da ideologia está associado ao de outros estudos críticos, no sentido de se atentar aos efeitos e consequências da reflexividade na produção do conhecimento. Por exemplo, quando determinadas concepções são veiculadas e incorporadas aos projetos educacionais, as mensagens podem assumir uma dimensão ideológica bastante poderosa, pois como se sabe, os que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das ideias. Por isso a necessidade de descentrar narrativas dominantes.

Assim, concebendo a produção e reprodução de conhecimentos como construções sociais, nas quais e entre as quais se entrecruzam estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo material e simbólico, entendemos que os aportes de John B. Thompson podem dialogar com os campos do conhecimento adotados no NEGRI, consonantes com os estudos feministas, os estudos sociais da infância e os estudos sobre relações étnico-raciais. Em conjunto, esses campos do conhecimento contribuem para interpretar a dimensão ideológica das relações de poder com foco nas relações raciais, de gênero e de idade. Daí, a relevância política de nossos estudos.

Na primeira parte deste estudo, apresentamos os pressupostos da teoria social desenvolvida pelo referido autor, que dizem respeito à ideologia e mediação da cultura moderna. Na segunda seção, evidenciamos a Hermenêutica de Profundidade (HP), uma metodologia estruturada em três partes, que devem ser vistas não como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo. Na terceira seção, tecemos algumas considerações, destacando as contribuições de Thompson aos estudos do NEGRI.

2. IDEOLOGIA: UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA

No livro “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”, Thompson (2011) assinala a relevância da mediação da cultura na construção da modernidade e a importância decorrente dos estudos sobre ideologia. O autor retoma e desenvolve suas ideias acerca da ideologia, sistematizando um referencial teórico e metodológico para orientar a pesquisa acadêmica. Isto é, dá ênfase à natureza e ao papel da ideologia, suas relações

com a linguagem, o poder e o contexto social, bem como as maneiras possíveis de ser analisada e interpretada em casos específicos. Um dos objetivos do livro, segundo o autor, é elaborar uma teoria diferente da relação entre ideologias e meios de comunicação.

Thompson (2011, p. 79) propõe conceituar ideologia “em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. O estudo da ideologia é o estudo de como a produção, circulação e recepção das formas simbólicas produzem e reproduzem relações de dominação. Thompson (2011) analisa a natureza dos meios de comunicação social e de suas instituições, interessado no entrecruzamento das formas simbólicas com relações de poder, nas maneiras como o sentido (significado) constrói e sustenta relações de dominação.

Ao reconstruir a história dos conceitos de ideologia no Ocidente, Thompson (2011) apreendeu duas concepções: neutras e críticas. As primeiras conceituam os fenômenos ideológicos como um conjunto de ideias, valores, crenças que atuam como cimento social, sem que, necessariamente, lhes sejam atribuídos sentido ilusório, falso ou negativo. As concepções críticas atribuem um sentido negativo ao conceito de ideologia. O autor adota a concepção crítica de ideologia, mantendo, assim, a conotação negativa, associando a análise da ideologia à questão da crítica social.

O primeiro uso de seus significados na Europa Ocidental foi em 1796, pelo filósofo francês Destutt de Tracy, para quem o conceito de ideologia serviu para descrever seu projeto de uma nova ciência interessada na análise sistemática das ideias e sensações. Concebida em seu sentido neutro, a ideologia possibilitaria a compreensão da natureza humana e, desse modo, a reestruturação da ordem social e política, de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos (Thompson, 2011).

Posteriormente, segundo a leitura de Thompson (2011), o conceito passou por alterações empreendidas por Napoleão Bonaparte, que atribuiu ao termo uma conotação pejorativa. Com Napoleão, o termo ideologia “se tornou uma arma nas mãos de um imperador, lutando desesperadamente para silenciar seus oponentes e para sustentar um regime em destruição” (Thompson, 2011, p. 47).

Thompson (2011) assinala que as contribuições de Karl Marx são centrais na história do conceito de ideologia. O autor apreende, na obra de Marx, diversos contextos teóricos nos quais o conceito de ideologia é empregado e identifica três tipos de concepções que se sobrepõem umas às outras e que se relacionam

de formas distintas com os diferentes movimentos do pensamento marxiano. São elas: concepção polêmica, epifenomênica e latente.

Para Thompson (2011, p. 51), na concepção polêmica de Marx, ideologia “é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica”. A concepção polêmica estaria ligada a uma série de pressupostos concernentes à determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do sócio-histórico.

Na concepção epifenomênica, a ideologia é vista como dependente e derivada das condições econômicas, das relações de classe e das que as produzem. “Ideologia, nesse sentido, é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória” (Thompson, 2011, p. 54). Nas palavras de Thompson (2011), Marx sustentava essa concepção de ideologia como produtora e sustentadora dos interesses das classes dominantes, englobando os interesses, as decisões e ambições dos grupos dominantes na busca por assegurar o seu posto de dominação.

Thompson (2011) apresenta o que identifica como concepção latente em Marx:

[...] ideologia é um sistema de representações para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social (Thompson, 2011, p. 58).

Por fim, na concepção latente de ideologia, Thompson (2011, p. 59) chama a atenção para o fato de que as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais impedidas, pela prevalência ou difusão de construções simbólicas, descrita como “um processo de conservação social dentro de uma sociedade que está passando por uma mudança social sem precedentes”. O autor justifica a sua nomeação como “latente”, uma vez que Marx não a denominou como “ideologia”, mas sim “ilusões, ideias fixas, espíritos”, como conjunto dos fenômenos que perambulam entre o povo, despertando superstições e preconceitos, sem seguir um rótulo conceitual claro.

Diferentemente de Marx, Thompson (2011, p. 200) considera que a ênfase nas relações de classe “pode obscurecer ou dar uma falsa impressão sobre aquelas formas de dominação e subordinação que não estão baseadas na divisão de classes e que não podem ser reduzidas a ela”. De acordo com o autor, não se trata de minimizar a importância das classes, mas de dar atenção a outros tipos

de dominação baseadas em divisões entre sexos, grupos étnicos, etários e entre estados-nações, bem como as formas simbólicas que servem para garanti-las.

Após os estudos do conceito em Marx, Thompson (2011) identifica uma tentativa de neutralização da concepção nas Ciências Sociais, destacando a definição desenvolvida por Karl Mannheim, segundo a qual:

[...] “Ideologia”, de acordo com essa formulação geral, pode ser tomada como os sistemas interligados de pensamentos e modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais e partilhados por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica (Thompson, 2011, p. 67).

Vale ressaltar que Thompson (2011) identifica em Mannheim uma tentativa de transformar o estudo da ideologia em uma “Sociologia do Conhecimento”, definida como um sistema de ideias e pensamentos localizados em contextos sociais nos quais as pessoas interagem. Seria um modo de analisar o pensamento e os fatores sociais que o circulam, sem necessariamente produzir uma crítica a quem o formula. Segundo o autor, Mannheim elabora uma outra concepção de ideologia, que denomina de “concepção restrita”, na qual sustenta que “as ideologias são ideias discordantes da realidade e não concretizáveis na prática” (Thompson, 2011, p. 69). Apesar de manter a negatividade, essa concepção não situa a dominação como central ao conceito.

Na concepção de ideologia proposta por Thompson (2011, p. 75), o enfoque está orientado para a análise concreta dos fenômenos sócio-históricos, mantendo, ao mesmo tempo, “um caráter crítico transmitido a nós pela história do conceito”. Implica dizer que “fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Seguindo o conjunto de análises e argumentos aqui resumidos, Thompson (2011) propõe sua conceituação de ideologia:

[...] em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e reprodução de formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 79).

Na análise da ideologia interessam as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder, ou seja, “como o sentido é mobilizado,

no mundo social, e serve, para isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder”, sustentando relações de dominação (Thompson, 2011, p. 76).

O conceito de formas simbólicas é central. No entanto, elas não são ideológicas em si, mas dependem da maneira como são utilizadas e entendidas em contextos sociais específicos. Elas só serão ideológicas se ou quando usadas na produção, transmissão, recepção e manutenção de relações assimétricas de poder:

As formas simbólicas são construções significativas que são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e recebem, mas elas também são construções que são estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas (Thompson, 2011, p. 364).

Vale ressaltar a diferenciação feita por Thompson (2011) em relação aos conceitos de dominação e poder: enquanto poder é a capacidade de ação do sujeito de agir em prol de seus interesses, dominação é a relação sistematicamente desigual entre grupos.

Thompson (2011) situa o seu estudo sobre ideologia no contexto da mediação da cultura moderna. O autor assinala que esse processo favoreceu mudanças na transmissão, produção e circulação das formas simbólicas, cada vez mais mediadas pelos veículos de comunicação. A mediação da cultura moderna ocorreu paralelamente à expansão do capitalismo industrial e às formações dos estados-nações, afetando, profundamente, o comércio e as inter-relações entre as sociedades. Nesse sentido, ocorreu um crescimento nas relações comerciais e a expansão das transmissões das formas simbólicas a um nível global por meio dos veículos midiáticos, tais como literatura, jornais, rádios, televisão, internet, entre outros.

Para Thompson (2008a):

O nascimento da internet e de outras tecnologias digitais amplificou a importância das novas formas de visibilidade criadas pela mídia e, ao mesmo tempo, tornou-as mais complexas. Elas aumentaram o fluxo de conteúdo audiovisual nas redes de comunicação e permitiram que um número maior de indivíduos criasse e disseminasse esse tipo de conteúdo (Thompson, 2008a, p. 23).

Assim, realça-se o alcance potencial das formas simbólicas e a importância de seu estudo. Thompson (2008a-2008b-2011) dedicou sua atenção às características das comunicações de massa e de que forma elas interferem na cultura moderna. Inicia a sua discussão sobre a mediação da cultura assinalando que compreende a comunicação de massa como “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (Thompson, 2011, p. 288).

Ao assinalar a comunicação de massa em termos de produção e troca de bens simbólicos, o autor acentua a sua preocupação com a relação entre ela e as instituições interessadas na comercialização das formas simbólicas, bem como as quatro características que envolvem a comunicação de massa: a produção e a difusão institucionalizadas de bens simbólicos; a ruptura instituída entre produção e recepção; a extensão da disponibilidade no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas.

A primeira característica que destaca na comunicação de massa refere-se à produção e difusão institucionalizada de bens simbólicos. Thompson (2011) dá ênfase ao papel das instituições em três funções: a) na fixação das formas simbólicas (por meio da tradução de suas informações em um suporte material específico); b) na reprodução, (com a publicação de cópias reguladas pelas instituições até chegarem às mãos dos receptores); c) na comercialização das formas (estabelecendo um preço com base na venda ou utilizando como moeda de troca para adquirir outros objetos).

A segunda característica que assinala na comunicação de massa remete à ruptura instituída entre produção e recepção. Thompson (2011) explicita a distância entre a produção e a recepção, indicando que o processo de mediação das formas simbólicas por meio da comunicação de massa, implica num fluxo de mensagens de uma só via do produtor ao receptor, de modo que a capacidade do receptor para influenciar ou intervir nesses processos é bastante reduzida.

A terceira característica que o autor aponta na comunicação de massa se refere à expansão do acesso das formas simbólicas no tempo e no espaço. Thompson (2011) enfatiza essa característica mostrando como o desenvolvimento dos meios de comunicação (imprensa, o telefone, a internet e a televisão, etc.) permitiu às pessoas acesso a um número maior de bens simbólicos, sem, necessariamente, estarem próximas dessas formas simbólicas quando elas são produzidas e reproduzidas. O autor frisa ainda que, a depender do meio em que as formas simbólicas são fixadas, sua acessibilidade no tempo pode ser ampliada, garantindo a possibilidade de sua preservação para um uso futuro.

A quarta característica que destaca na comunicação de massa é a implicação na publicidade das formas simbólicas. Assim, Thompson (2011) mostra que os produtos das instituições de massa “circulam dentro de um ‘domínio público’, de forma que são acessíveis, a princípio, para qualquer um que tenha os meios técnicos, as habilidades, os recursos para adquiri-los” (Thompson, 2011, p.292). Nesse caso, as maneiras como os receptores irão assimilar essas formas simbólicas é que determinará a sua aceitação na sociedade, uma vez que o autor concebe a recepção das formas simbólicas como um processo ativo e crítico.

Assim, na era moderna, as formas simbólicas introduziram novos modos de comunicação entre os sujeitos. A interação face a face deixou de ser a principal forma de relacionamento interpessoal, uma vez que os meios técnicos modificaram as interações humanas ao promover novos campos de tempo e espaço, possibilitando nos dias atuais uma interação em tempo real com uma pessoa localizada em qualquer parte do planeta. “O nascimento da internet e de outras tecnologias digitais amplificou a importância das novas formas de visibilidade criadas pela mídia e, ao mesmo tempo, tornou-as mais complexas” (Thompson, 2008a, p. 23).

Thompson (2011) compreende que a análise da ideologia, na era dos meios de comunicação de massa, deve ir além de uma preocupação com a natureza dos meios técnicos e das instituições midiáticas atentando para o conteúdo das formas simbólicas que são produzidas e difundidas e às maneiras como esse conteúdo é utilizado e assimilado em circunstâncias particulares, por grupos que estão envolvidos nos contextos de ação e interação dessas formas simbólicas.

Thompson (2011) especifica cinco modos das construções simbólicas: legitimação, unificação, fragmentação, dissimulação e reificação. Contudo o autor alerta para o fato de que esses não são os únicos modos de operação da ideologia, nem que eles operam isoladamente, podendo sobrepor-se e reforçar-se mutuamente.

Para Thompson (2011), a legitimação é o modo de operação da ideologia pelo qual as formas simbólicas estabelecem relações de dominação por meio de sua legitimidade, como se fossem justas e merecedoras de apoio. Esta baseada em três aspectos: racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas); tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e carismáticas (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade). Esses fundamentos são expressos nas formas simbólicas por estratégias de construção simbólica (Thompson, 2011).

“A ideologia como dissimulação pode ser expressa através de outra estratégia ou grupo de estratégias, que podemos colocar debaixo do rótulo de tropo” (Thompson, 2011, p. 84). Ou seja, é o modo de operação da ideologia pelo qual são estabelecidas relações de dominação com base na sua negação ou desvio da atenção na forma de atuar nas relações. Suas estratégias de atuação são: deslocamento (consiste na utilização de termos ou adjetivos para se referir a determinado objeto, e que, “deslocado” por outro, adquire conotações positivas ou negativas); eufemização (estratégia pela qual, ações, instituições ou relações sociais são descritas ou reescritas de maneira amena, visando sensações positivas);

“tropo: uso figurativo de linguagem, ou, mais em geral das formas simbólicas” (Thompson, 2011, p. 84).

A unificação constitui um modo de operação da ideologia, por meio do qual relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga pessoas ou grupos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Suas estratégias costumeira são: padronização (ocorre quando formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, proposto com um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica); simbolização da unidade (remete à construção de símbolos de unidade ou de identificação coletiva difundida por um grupo ou por vários grupos, por meio de símbolos tais como bandeiras, hinos etc.).

A fragmentação é o modo de operação da ideologia que consiste em segmentar pessoas e grupos que possam ser capazes de se transformar em um desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador. Suas estratégias mais frequentemente utilizadas são: diferenciação (consiste na evidenciação das diferenças e divisões entre sujeitos e grupos ressaltando as características que os desunem, e impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder); expurgo do outro (consiste na construção de um inimigo, retratado como uma ameaça comum a um grupo que é incitado a resistir diante dele ou a expurgá-lo).

Por meio da reificação “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (Thompson, 2011, p. 87). O autor indica como estratégias da reificação: naturalização (ocorre quando se considera um estado de coisas, criadas social e historicamente, como um acontecimento natural, resultado inevitável de acontecimentos naturais); eternalização (estratégia de esvaziamento do caráter histórico dos fenômenos sócio-históricos, apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes); nominalização /passivização (estratégias que tendem a eliminar a referência aos atores das ações, aos contextos espaciais e temporais específicos, através da eliminação de construções verbais usando de recursos gramaticais ou sintáticos).

Thompson (2011) assinala que cada um desses modos pode atuar de diferentes maneiras conforme as construções simbólicas. Além disso, tem a possibilidade de se cruzar e/ou sobrepor-se duramente à operação da ideologia. O autor ressalta

que esses modos de operação da ideologia não são obrigatórios, e tampouco são os únicos modos pelos quais a ideologia pode operar.

Considerando que as discussões teóricas geram implicações metodológicas para a realização de pesquisas, Thompson (2011) sistematiza os temas desenvolvidos em sua perspectiva teórica e propõem o método da Hermenêutica de Profundidade (HP), para a análise das formas simbólicas.

3. HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE (HP): UM MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS

Uma linha de pensamento na qual Thompson (2011) se apoia é a hermenêutica, especialmente ligada aos trabalhos dos filósofos hermenêuticos dos séculos XIX e XX, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. Maria Sílvia Ribeiro (2019) assinala que tais pensadores nos lembram, em primeiro lugar, que o estudo das formas simbólicas é fundamental e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação. Esta ênfase sobre os processos de compreensão e interpretação retém o seu valor hoje, pois diz respeito à interpretação contextualizada.

Para Thompson (2011):

A obra de Ricoeur é de interesse particular nesse assunto, porque ele procurou construir sobre as instituições de Heidegger e Gadamer, sem abandonar as preocupações metodológicas. Ele procurou explicita e sistematicamente, mostrar que a hermenêutica pode oferecer tanto uma reflexão metodológica sobre a natureza e tarefas da interpretação na pesquisa social. A chave desse caminho de reflexão é o que Ricoeur e outros chamaram de “hermenêutica de profundidade” (Thompson, 2011, p. 362).

Compreendendo que o objeto de investigações é um campo pré-interpretado, o enfoque da HP leva em consideração as maneiras como as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo sujeito-objeto. Assim, o ponto de partida para a análise é interpretação da *doxa* ou “hermenêutica da vida cotidiana”. Trata-se de uma fase preliminar, cujo intuito é apreender como as formas simbólicas são produzidas, circulam e são interpretadas em contextos concretos da vida social.

No entanto, considerar que as formas simbólicas são construções significativas interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e recebem é apenas uma parte da análise. É preciso, então, considerar que tais construções são também estruturadas de maneira definidas e estão inseridas em condições sociais

e históricas específicas. Para dar conta de tal concepção, a análise proposta por Thompson (2011) compreende três fases: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva; análise interpretativa/reinterpretativa. Thompson (2011, p. 365) assinala que “essas fases devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo”.

A primeira etapa da HP é a análise sócio-histórica. Nessa etapa, objetiva-se reconstruir as condições sociais e históricas de produção e circulação das formas simbólicas:

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica (Thompson, 2011, p. 366).

Thompson (2011) assinala que as condições e os contextos podem ser examinados diferentemente dependendo das circunstâncias e dos objetos de cada pesquisa, mas sugere quatro aspectos típicos dos contextos que atingem em cada um, um nível de análise.

O primeiro deles refere-se às situações espaço-temporais em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas. O segundo diz respeito aos campos de interação em que as formas simbólicas estão inseridas, os quais podem ser analisados como um espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas das relações entre pessoas e algumas oportunidades acessíveis a elas. O terceiro aspecto refere-se às instituições sociais, as quais podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles. O quarto aspecto diz respeito aos meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão, os quais conferem às formas simbólicas determinadas características, certo grau de fixidez, de reprodutibilidade e certa possibilidade de participação para os sujeitos que empregam o meio. É importante lembrar os meios técnicos:

[...] estão sempre inseridos em contextos sócio-históricos particulares; eles sempre supõem certas habilidades, regras e recursos para codificar e decodificar mensagens, atributos esses que estão desigualmente distribuídos entre as pessoas e muitas vezes são desenvolvidos dentro de aparatos institucionais específicos, que podem estar relacionados com a regulação, produção e circulação das formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 368).

Segundo Thompson (2011), são cinco as dimensões fundamentais que distinguem as formas simbólicas: a) a dimensão intencional (as formas simbólicas são expressões de um sujeito para outro sujeito, com certo objetivo ou propósito); b) a dimensão convencional (a produção, circulação e recepção das formas simbólicas envolvem regras ou convenções); c) a dimensão estrutural (as formas simbólicas exibem uma estrutura articulada); d) a dimensão referencial (as formas simbólicas representam, dizem respeito e referem-se a algo) e, por fim, e) a dimensão contextual (as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos sócio-históricos específicos, dentro dos quais e por meio dos quais são produzidas, transmitidas e recebidas).

A segunda etapa da HP, denominada análise formal ou discursiva, refere-se ao estudo das formas simbólicas que circulam nos campos sociais, as quais, por serem complexas, apresentam uma estrutura articulada que necessita de análise própria. De acordo com Thompson (2011, p. 369), “formas simbólicas são produtos que, em virtude de suas características estruturais, têm capacidade, e têm por objetivo, dizer alguma coisa sobre algo”. Essa análise pode ser feita por meio de diversos procedimentos, tais como: semiótica, análise do discurso, análise sintática, narrativa, argumentativa, entre outros, de acordo com o objeto a ser investigado.

O NEGRI tem elegido a análise de conteúdo (AC), proposta por Laurence Bardin (2011) e Fúlvia Rosemberg (1981). Esse procedimento possibilita mostrar ao leitor o caminho percorrido na análise. Isto é, oferece uma descrição sistemática e objetiva da organização interna das formas simbólicas, bem como a obediência aos princípios éticos na pesquisa:

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas- desde o cálculo de frequências que fornecesse dados cifrados até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – e uma hermenêutica controlada, baseada na dedução e inferência (Bardin, 2011, p.15).

A execução da análise formal implica tomar decisões e realizar atividades, podemos citar como exemplo a localização do *corpus* e sua análise. O *corpus*, segundo Bardin (2011), “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras” (Bardin, 2011, p. 96). Esta fase tem

por objetivo analisar a organização interna das formas simbólicas, seus padrões, relações e características.

No NEGRI, sistematizamos os resultados primeiramente considerando um processo de codificação seguindo regras que permitam transformar os dados brutos mediante recortes ou eixos de análises. Geramos um banco de dados da pesquisa e organizamos parte das informações em planilhas *Excel*, agrupadas e reagrupadas conforme a necessidade da apresentação, geralmente organizada em níveis ou dimensões, a fim de alcançar uma análise capaz de esclarecer as características do *corpus*.

A terceira etapa da HP busca a interpretação sintetizando e explicitando criativamente o que está representado ou o que é dito para chegar a possíveis significados. A tarefa consiste em interpretar e reinterpretar objetivando uma síntese criativa apoiada nas fases anteriores, porém, de maneira particular, com a finalidade de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de denominação:

Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos de análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa de significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito (Thompson, 2011, p. 375).

A análise implica, então, identificar as características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado, ou seja, busca traçar a conexão entre a análise das características estruturais das formas simbólicas e a interpretação da ideologia, identificando pelos modos de operação algumas estratégias de construção simbólica que estão tipicamente ligadas a ele.

4. IDEOLOGIA: O DEBATE NO NEGRI

O perfil integrado que o NEGRI ostenta provém de uma grande linha de pesquisas “discursos sobre infância e ideologia” que encontrou em John B. Thompson seu arcabouço teórico e na realização de pesquisas coletivas sua estratégia como base para dissertações e teses. A tradução em português do livro de Thompson “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa” (Thompson, 2011) permitiu que um maior número de pós-graduandos e pós-graduandas compartilhassem de um mesmo enfoque teórico.

Ao estudar ideologia podemos nos interessar pelas maneiras como o sentido mantém relações de denominação de classe, entre grupos étnico-raciais, religiosos,

de idade e de gênero. Também as relações de poder sistematicamente assimétricas entre estados-nações hegemônicas e estados-nações localizados à margem do sistema global. Isto é, propõe focalizar os estudos na análise “das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 2011. p. 79).

A estratégia de realização de pesquisas coletivas como base para dissertações e teses individuais foi adotada no NEGRI, em 1994, com as dissertações de Marli de Oliveira (1996) intitulada “Distribuidoras de folhetos: um outro olhar sobre adolescentes em situação de rua” e Rosângela Freitas (1996), denominada “Adolescentes trabalhadoras na rua: distribuidoras de folhetos”.

Nesta apresentação, focalizamos pesquisas que propõem reinterpretar o uso ideológico dos temas “prostituição infantil”, de Leandro Freitas Andrade, doutorado defendido em 2001; “trabalho infanto-juvenil na mídia”, de Rosângela Freitas, de 2004; “gravidez adolescente”, de Leila Nazareth, 2004 e “meninos de rua” de Marcelo Andrade do ano de 2005. Desse conjunto destacamos a integração do conceito de estigma, proposto por Erving Goffman (1988) à proposta teórica de Thompson, como uma das estratégias de produção ideológica:

A estigmatização pode ser construída para um indivíduo ou grupo e utilizada na permanência das relações de dominação através de formas simbólicas que classificam indivíduos ou grupos estigmatizados como desprovidos de autonomia, discernimento, autodeterminação, sugerindo, muitas vezes, com pesar e desculpas, uma subumanidade a ser guiada, corrigida ou salva (Andrade, 2004, p. 99).

A busca de integração do conceito de estigma à proposta teórica de Thompson e o estudo da mídia na construção de problemas sociais “tem nos ajudado a enfrentar um dos óbices no uso dessa teoria de ideologia para apoiar projetos de pesquisa realizados em contexto acadêmico” (Rosemberg & Andrade, 2012, p. 293). Isso porque “o estatuto heurístico do conceito de estigma a partir de Goffman, o situa entre a produção (a construção do estigma) e a recepção (pessoa/grupo estigmatizados), o que confere maior segurança às inferências sugeridas quanto à recepção” (Rosemberg & Andrade, 2012, p. 293).

Um conjunto de pesquisadores/pesquisadoras do NEGRI focalizou o tema “literatura infanto-juvenil/didática e ideologia no Brasil contemporâneo”, projeto iniciado por Paulo Silva, sob a ótica das relações raciais e por Neide Cardoso de Moura, sob a ótica das relações de gênero. Tais pesquisas visam fornecer elementos para o estudo de discursos que buscam orientar as atitudes coletivas.

Buscam apreender as visões de mundo, construídas e veiculadas por adultos e destinadas às crianças em idade escolar e ao grupo de professoras/es.

Com recortes diferentes, Edith Piza (1995), Chirley Bazilli (1999) e Célia Escanfella (1999; 2006) centraram seus estudos no campo da literatura infanto-juvenil. Silva (2005) e Moura (2007) analisaram discursos em livros didáticos de Língua Portuguesa, destinados à quarta série do Ensino Fundamental I. Ribeiro (2013) focalizou os livros didáticos de Ciências Naturais e Miguel Barros (2014) a produção da literatura de cordel.

Piza (1995) buscou compreender a construção do estereótipo da personagem feminina negra sexualizada, na obra produzida por quatro escritoras brancas de tendência “realista”, entre os anos 1970 e 1990. A autora observou, na literatura dessas escritoras, a introdução da sexualidade, tema que até então era exclusivo da literatura brasileira para adultos. Suas análises apontam que o tema foi introduzido via importação de estereótipos da “mulata sensualizada”.

Bazilli (1999) focalizou as discriminações contra personagens negros e constatou a tendência à representação ficcional de personagens brancos, adultos e do sexo masculino como representantes da espécie humana, assim como a representação de personagens negros tipificados.

Dione Nogueira (2001), que analisou as discriminações sexuais, por sua vez, relata que na literatura infanto-juvenil contemporânea, o sexismo deu a tônica da composição de boa parte das personagens que vivem as histórias e constata que, nas relações entre os gêneros, o masculino é a referência.

Escanfella (2006) deu continuidade aos estudos iniciados em 1999 acerca da construção social da infância na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea e focalizou, em 2006, a literatura infantil no contexto religioso católico. A autora detectou, na literatura produzida por editoras católicas, a concepção de infância como ser passivo, pois nela se manifesta de forma acentuada o utilitarismo no texto. Com relação às assimetrias de gênero e de raça foi notável a supremacia branca e masculina. Quando comparou as duas editoras (laicas e católicas), a autora observou um aumento da presença de personagens negros/as em textos de editoras laicas e o mesmo ocorreu com a presença de personagens femininas questionadoras de uma nova posição da mulher na sociedade.

As análises de Barros (2014) apontam maior participação masculina na equipe de produção da literatura de cordel. Indicou a construção de cenários duros, caracterizados, sobretudo, pela violência, tanto para agredir quanto para se defender. O autor observa que personagens masculinos apresentaram características relacionadas à força, brutalidade, coragem e independências, enquanto as

personagens femininas eram vistas como belas, fracas, submissas e dependentes dos homens, sendo encontrados somente quatro casos de mulheres transgressoras desse modelo, confirmando que as assimetrias de gênero se mantêm na produção do cordel e nos discursos propagados nas histórias.

Da perspectiva das relações de gênero, as análises de Moura (2007) e de Ribeiro (2013) apontam que, apesar de apresentar mudanças, o livro didático permaneceu como veículo de discriminações, pois as assimetrias de idade, assim como as de gênero e de cor/etnia estão presentes nos discursos proferidos nos livros analisados. Isso se dá pelos elementos que estruturam o conteúdo (textos e imagens) e por meio de estratégias ideológicas que universalizam, fragmentam, diferenciam, racionalizam, eufemizam, dissimulam, estigmatizam e a-historizam a supremacia adulta, heterossexual e branca.

Em suas análises, Ribeiro (2013) constata que algumas editoras buscam corrigir desigualdades e apreende que permanências e mudanças no conteúdo dos livros didáticos convivem num espaço de disputa acirrada no âmbito de vendas, especialmente para o governo federal por meio do programa de livros didáticos. Se por um lado, as mudanças indicam transformações no modo de produção de discursos veiculados nos livros didáticos, por outro provocam tensões e persistem poderosas permanências.

Em seus estudos mais recentes, Ribeiro (2019) entrevistou autoras e autores de livros didáticos de Ciências Naturais. As análises das entrevistas apontam que autores/as, como atores sociais ativos, através de seu ofício, contribuem para a construção de uma educação sustentável, pautada no desenvolvimento de uma subjetividade crítica, tanto na formação continuada de professores/as quanto na formação de estudantes do ensino básico. Seus posicionamentos partem do princípio da não-exclusão, com vistas à justiça social e ambiental, se opondo a toda forma de exploração, expropriação, consumismo, autoritarismo, preconceito e intolerância. Defendem uma educação pública, não neutra, laica, ética, democrática, inclusiva e com qualidade referenciada, entendida numa direção plural, reconhecendo uma multiplicidade de posições como pontos de vista a partir dos quais se visualizam os distintos fenômenos da realidade, que têm em conta as implicações das relações sociais de poder. Embora sua autonomia seja relativa, autores e autoras dos livros analisados buscam ampliar concepções e alargar horizontes. A autora interpreta a fala de seus entrevistados não como ideológicas, mas de resistência.

Da perspectiva das relações raciais, Silva (2005) constatou que o livro didático continuou produzindo e veiculando discurso racista, universalizando a condição

do branco, tratado como representante da espécie humana. Silva (2012), ao focalizar formas simbólicas observadas no discurso midiático brasileiro, e utilizando estratégias típicas de construção simbólica ideológica proposto por Thompson, sublinha que “o acréscimo do silêncio, que pode ser compreendido como uma estratégia ideológica relacionada ao modo de operação denominado dissimulação (Silva, 2012, p.110). Para sustentar a proposição o autor dá ênfase a quatro diferentes formas de manifestação do silêncio no discurso racista brasileiro:

- 1) O silêncio sobre a branquidade que atua para estabelecer o branco como norma; 2) A negação da existência plena ao negro: invisibilidade e sub-representação; 3) O silêncio sobre particularidades culturais do negro brasileiro; 4) O silêncio como estratégia para ocultar desigualdades (Silva, 2012, p.110).

As produções do NEGRI também são compostas por estudos que focalizam o campo das relações étnico-raciais: Edmar Rocha (2005); Paulo Silva (2005); Antônio Ferreira (2010); Marcos Silva (2016), entre outros: Maria Aparecida Silva Bento, Rachel de Oliveira (fase anterior sem discussões com Thompson). Tais pesquisas apontam que as desigualdades raciais não são explicadas apenas pelo preconceito, pelos estereótipos ou por outras atitudes ou crenças individuais, mas também por uma estrutura de relações de poder sistematicamente assimétrica entre os segmentos étnico-raciais. Essas produções especificam, particularmente, aspectos da educação por níveis (educação básica e educação superior/pós-graduação). Outras investigações estão relacionadas ao racismo discursivo em diferentes meios: programa de ação afirmativa Elcimar Pereira (2014), mães negras/creche, de Marta Lucia da Silva (2014) e, relatos de imigrantes africanos, sobre preconceitos na cidade de São Paulo, de Márcio Farias (2015).

Vale acrescentar que o NEGRI adota uma concepção de raça da perspectiva de Antonio Sérgio Guimarães (2003), entendendo raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas observadas na sociedade brasileira. Entendemos que o uso do conceito de raça como construção social, ajuda a atribuir realidade social à discriminação e, conseqüentemente, a lutar contra ela.

No que se refere ao racismo, adotamos uma concepção que integra as dimensões estrutural e simbólica na compreensão da produção e reprodução das desigualdades raciais, fundamentos em Philomena Essed (1991); Rosemberg et al.(2003); Guimarães (2005). Segundo esses autores, no plano simbólico, o racismo se manifesta via adoção da crença (ideológica) da superioridade “natural” (geralmente mediada por uma noção, mesmo que vaga, de transmissão pelo

sangue ou pela hereditariedade) de um grupo racial sobre outro (do branco sobre o negro). No plano estrutural, o racismo consiste no sistemático acesso desigual a bens materiais entre os diferentes segmentos raciais. Esta conceituação considera o preconceito interpessoal como apenas uma das possíveis manifestações do racismo. Nesse sentido, enfatiza-se, sobretudo, relações sociais e não apenas tendências individuais de pessoas, compreendendo as desigualdades observadas entre negros e brancos no acesso a bens materiais e simbólicos em razão do racismo constitutivo de nossa sociedade (Silva, 2017).

No que se refere às relações de idade, para nós, do NEGRI, o bebê constitui uma das mais intensas alteridades para os adultos contemporâneos. Diante da preocupação em dar visibilidade pública a esse segmento etário, bem como às questões relativas aos direitos e necessidades desse grupo, foram desenvolvidas pesquisas sobre o cuidado e a educação de bebês em espaço público: Barbara Galvão (2008); Elaine Laviola (2010); Lourdes Secanechia (2011); Maria Eduarda Torres (2013); Flávio Urra (2011); Carla Santos (2012); Renata Ishida (2014), Angela Santos (2015); Marta Silva (2014); Mauricio Reis (2015); Rosana Borges (2015); Elisângela Santos (2016). De maneira geral essas pesquisas analisam discursos proferidos por diversos atores sociais, problematizam a posição ocupada pelo bebê e pela creche na agenda brasileira de políticas educacionais, chamando a atenção pública para o direito à educação, constitucionalmente estabelecido, para essa etapa da vida.

Esse conjunto de pesquisas tem evidenciado discursos que produzem e reforçam a reduzida visibilidade pública do bebê, sua vinculação preferencial ao espaço privado, o pouco conhecimento de adultos sobre seus direitos, gerando escassa discussão sobre as políticas públicas de Educação Infantil como dever do Estado e como direito de bebês e mães, assim como discursos de mídia e de profissionais da educação sobre a temática

Os estudos de Nazareth (2011), Urra (2011) e Santos (2012) constataram que as mídias dão pouca atenção à educação e ao cuidado dos bebês; os discursos produzidos geralmente associam os bebês ao espaço doméstico, mantendo a naturalização do cuidado materno como o único adequado, auferindo à creche reduzida visibilidade e estigmatizando-a como instituição de baixa qualidade, exclusivamente para crianças “carentes”.

Galvão (2008), Laviola (2010), Secanechia (2011), Torres (2013) e Silva (2014) apreendem nos discursos analisados uma concepção de bebê como um ser dependente, em desenvolvimento e frágil. Porém Silva (2014), que entrevistou mães negras, identificou uma busca ativa por vagas e valorização da creche,

diferente de discursos estigmatizados sobre a creche pública, encontrados nas demais pesquisas aqui citadas.

Aqui procuramos mostrar que tal como afirmou Thompson (2011), as condições e contextos podem ser examinados diferentemente, dependendo das circunstâncias e dos objetos de cada pesquisa. Os trabalhos do NEGRI foram desenvolvidos com o intuito de compreender eixos de desigualdades de gênero, raça e idade.

Consideramos finalmente que, vista em seus aspectos hermenêuticos, a abordagem dessas dimensões é fundamental, pois nos ajuda a compreender melhor o que motiva nossas ações e posicionamentos. Afinal, as pessoas se expressam a partir de algum lugar e de algum contexto sócio-histórico, espacial, econômico, cultural, mas também ético e político.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L. F. (2001). *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Andrade, L.F. (2004). *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. EDUC; FAPESP.
- Andrade, M.P.(2005). *A categoria “meninos de rua” na mídia: uma interpretação ideológica* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Capa de Edições 70.
- Barros, M. P. (2014). *O masculino e o feminino na literatura de cordel publicada em São Paulo* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Bazilli, C. (1999). *Discriminação contra personagens negros na literatura infantojuvenil brasileira contemporânea* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Borges, R.C. (2015). *Concepções de diretoras de Centros de educação infantil paulistanos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas de até 3 anos* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Escanfella, C. M. (1999). *Construção social da infância e literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.

- Escanfella, C. M. (2006). *Literatura infanto-juvenil brasileira e religião: uma proposta de interpretação ideológica da socialização* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.
- Essed, Philomena (1991). *Understanding everyday racism: interdisciplinary theory*. Sage. <https://doi.org/10.4135/9781483345239>
- Farias M. (2015). *Relatos de imigrantes africanos sobre preconceito na cidade de São Paulo* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ferreira, A. H. (2010). *Discursos étnico-raciais proferidos por candidatos/as a programa de ação afirmativa* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Freitas, R. (1996). *Adolescentes trabalhadoras na rua: distribuidoras de folhetos* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Freitas, R. (2004). *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Galvão, B. (2008). *A criança pequena, seu cuidado e educação em discursos de homens-pais* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Livros Técnicos e Científicos.
- Guimarães, A. S.A. (2003). Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 93-107. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>
- Guimarães, A. S.A. (2005). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34.
- Ishida, R. (2014). *Discursos de agentes comunitárias de saúde do município de São Paulo sobre creche* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Laviola, E. C. (2010). *O bebê, sua educação e cuidado em discursos de mães de camadas médias* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Moura, N.C.(2007). *Relações de gênero em livros didáticos de língua portuguesa: permanências e mudanças* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Nazareth, L. (2011). *Discursos sobre a creche na revista Pais e Filhos: análise da ideologia* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Nogueira, D. M.S. (2001). *Um olhar sobre discriminações sexuais na literatura infantojuvenil brasileira contemporânea* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Oliveira, M. (1996). *Distribuidoras de folhetos: um outro olhar sobre adolescentes em situação de rua* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Pereira, E.D. (2014). *Programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco: discursos de diplomatas e candidatos/as à diplomacia* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Piza, E.(1995). *O caminho das águas: estereótipo de personagens femininas negras nas obras femininas de escritoras brancas* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Reis, M. (2015). *Discursos de mães sobre educação e cuidado do bebê de área rural* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ribeiro, M.S. (2013). *Relações de gênero e de idade em discursos sobre sexualidade veiculados em livros didáticos brasileiros de Ciências Naturais* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Ribeiro, M.S. (2019). *(in) sustentabilidade na educação: o que está por trás do livro didático?* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rocha, E. (2005). *Autodeclaração de cor e/ou raça entre alunos(as) paulistanos(as) do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório*(dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rosemberg, F.(1981). Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. *Cad. CERU*, (16):69-80.
- Rosemberg, F., Bazilli, C., & Silva, P.V. B. (2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 125-146. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100010>
- Rosemberg, F., Andrade M. P (2012). Infância na mídia brasileira e ideologia. In Jacó-Vilela, AM., and Sato, L. (orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 285-307) [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <http://books.scielo.org> (Acesso em 13 nov. 2020).
- Santos, A.C. (2015). *Discursos sobre bebê e creche na propaganda eleitoral de 2012 no Município de São Paulo* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Santos, C. P. (2012). *Discursos sobre creche no Jornal Folha de S. Paulo online (1994-2009)* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Santos, E. A. (2016). *Discursos de conselheiras de direito sobre educação e cuidado de crianças pequenas de zero a três anos* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Secanechia, L. P. Q. (2011). *Uma interpretação à luz da ideologia de discursos sobre bebê e a creche em cursos de pedagogia da cidade de São Paulo* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Silva, M. L. (2014). *Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.
- Silva, M.A.B. da (2016). *Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pósgraduação: acesso, permanência, apoios e barreiras* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Silva, M.A.B. da (2017). *Racismo institucional: pontos para reflexão. Laplage Em Revista*, 3(1), 127-136. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731223p.127-136>
- Silva, P. V. B. (2005). *Relações raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Silva; P. V. B. (2008). O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, 12(1), 110-129.
- Thompson, J.B (1998). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Vozes.
- Thompson, J.B. (2008a). A nova visibilidade. *MATRIZES*, 1(2),15-38. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>
- Thompson, J.B (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Vozes.
- Torres, M. E. (2013). *Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Urta F. (2011). *Concepção de creche em revistas brasileiras de Pediatria: uma interpretação a partir da ideologia* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.